



ATA DE REUNIÃO Nº 11/2024

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO SEMESTRAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DA CIDADANIA

Às nove horas do dia 28 de dezembro do ano de 2023, no gabinete do Vereador João Paulo Rillo, situado na Rua Silva Jardim, nº 3357, Centro, São José do Rio Preto, reuniu-se a Comissão Permanente de Defesa da Cidadania, tendo como **Presidente** o Vereador João Paulo Rillo, tendo como **Membros** o Vereador Fábio Marcondes e o Vereador Cb. Julio Donizete, e como **Suplente** o Vereador Jorge Menezes, para elaboração de relatório de atividades realizadas no primeiro semestre deste ano, nos termos da Resolução nº 1.223/2018. Verificada a presença de quórum, com a presença de todos os membros, o Senhor Presidente declarou aberta a **Terceira Reunião Semestral da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024**. Durante a reunião, os membros trataram sobre as atividades desempenhadas pela comissão durante o primeiro semestre de 2024. Passamos a seguir para o relatório e conclusão das atividades desenvolvidas:

1. Das Reuniões Ordinárias:

1.1. Às onze horas do dia 05 de março do ano de 2024, no gabinete do Vereador João Paulo Rillo, na Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Vigésima Segunda Reunião Ordinária** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, a qual contou com a presença dos membros Vereador João Paulo Rillo, do Vereador Anderson Branco e do Vereador Jorge Menezes, que, na ausência do Vereador Júlio Donizete, passa a ser considerado membro, quando debateram pautas relacionadas ao Concurso Público - Edital n.º 01/2023, homologado parcialmente em 16 de fevereiro de 2024, destinado ao provimento de cargos, dentre os quais 98 cargos de Professor de Educação Básica I, bem como sobre denúncias encaminhadas por profissionais aprovados no referido concurso, com a informação de que a prefeitura municipal tem promovido a contratação de aprovados no Processo Seletivo SME nº 01/2023, ao invés de promover a convocação e contratação dos(as) aprovados(as) no concurso. Ainda, os membros debateram sobre reclamações quanto à dificuldade que os pais/responsáveis encontram em conseguir vaga em creche para as crianças em Rio Preto. Em relação à



pauta do concurso público e da falta de vagas em creches, a maioria dos membros presentes aprovou a convocação da Secretária Municipal de Educação para dar explicações sobre os temas, bem como sobre outros assuntos pertinentes à pasta, registrando voto contrário do membro Anderson Branco. Posteriormente, os membros trataram das denúncias envolvendo a Secretaria de Serviços Gerais, a saber, (i) utilização da máquina pública para tirar proveito político-eleitoral com a contratação de pessoal, via a empresa terceirizada WWS Services Prestadora de Serviços LTDA, com a contratação de técnicos em elétrica, em contrato aditivado, sendo três deles com óbvio vínculo político-partidário com o PRD (antigo Patriota), a saber, José Antonio Gomes Lagoeiro, Gabriela Isac Traldi Montenegro e Elmo Olimpio More da Silveira, demitidos após o escândalo vir à tona; (ii) denúncia de crimes ambientais na área popularmente denominada “Fazendinha”, local em que, reiteradamente, era enterrado lixo e se queimava resíduos sólidos, em total desrespeito às normas ambientais; (iii) existência de funcionário “fantasma” envolvendo servidor comissionado, que, após a denúncia, foi exonerado. Em relação aos itens (i), (ii) e (iii), a maioria dos membros presentes aprovou a convocação do Secretário Municipal de Serviços Gerais, senhor Ulisses Ramalho, para dar explicações sobre os fatos, bem como sobre outros assuntos pertinentes à pasta, registrando-se voto contrário do membro Anderson Branco; a maioria dos membros presentes aprovou convite para os senhores Thomaz Bruno da Silveira de Freitas e Ovasco Resende para participar de reunião pública desta Comissão, registrando-se voto contrário do membro Anderson Branco. Por fim, os membros debateram sobre a situação caótica em que se encontra o serviço público de saúde e sobre as demissões em massa de servidores do convênio com a FUNFARME. Sobre esse tema, a maioria dos membros presentes aprovou a realização de audiência ou reunião pública, com transmissão ao vivo pela TV Câmara, com convite para participação ao presidente e membros do Conselho Municipal da Saúde, bem como a outras autoridades envolvidas com o assunto, registrando-se voto contrário do membro Anderson Branco.

1.2. Às dezessete horas do dia 12 de março do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal, realizou-se a **Vigésima Terceira Reunião Ordinária** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, a qual contou com a presença dos membros Vereador João Paulo Rillo e do Vereador Jorge Menezes, que, na ausência dos Vereadores Júlio Donizete e Anderson Branco, passa a ser considerado membro titular, quando debateram pautas relacionadas às denúncias envolvendo a Secretaria de Serviços Gerais, a saber, (i) utilização da máquina pública para tirar proveito político-eleitoral com a contratação de pessoal, via a empresa terceirizada WWS Services Prestadora de Serviços LTDA, com a contratação de técnicos em elétrica, em contrato aditivado, sendo três deles com óbvio vínculo político-partidário com o PRD (antigo Patriota), a saber, José Antonio Gomes Lagoeiro, Gabriela Isac Traldi Montenegro e Elmo Olimpio More da Silveira, demitidos após o escândalo vir à tona; (ii) denúncia de crimes ambientais na área popularmente denominada “Fazendinha”, local em que,



reiteradamente, era enterrado lixo e se queimava resíduos sólidos, em total desrespeito às normas ambientais; (iii) existência de funcionário “fantasma” envolvendo servidor comissionado, que, após a denúncia, foi exonerado. Em relação aos itens (i), (ii) e (iii), os membros presentes aprovaram por unanimidade a convocação do Secretário Municipal de Serviços Gerais interino, senhor Arno Della Libera Junior, para dar explicações sobre os fatos, bem como sobre outros assuntos pertinentes à pasta; os membros também aprovaram por unanimidade convite para os senhores Thomaz Bruno da Silveira de Freitas, Ovasco Resende e para a servidora pública Christiane Renata Abelama Sena Somera para participar de reunião pública desta Comissão. Por fim, os membros debateram sobre a violência envolvendo a juventude periférica e aprovaram, por unanimidade, a realização de uma audiência pública sobre o assunto e convite para participação nessa audiência ao Promotor Público, à Defensoria Pública, ao CMDCA, aos Conselhos Tutelares, à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao CRP, ao CRESS, à Secretaria de Assistência Social, à OAB, bem como a outros órgãos e autoridades que a Comissão julgar pertinentes.

1.3. Às dezoito horas do dia 09 de abril do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Vigésima Quarta Reunião Ordinária** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, a qual contou com a presença dos Vereadores João Paulo Rillo, Anderson Branco, Cb. Julio Donizete e Jorge Menezes, quando trataram de assuntos relacionados à área do instituto ALARME, de origem pública, onde se pretende a construção de uma loja da rede Assaí Atacadista. Segundo o presidente, trata-se de uma área de interesse público e por isso merece uma discussão mais profunda. Discutida a pauta, os membros aprovaram por unanimidade a realização de uma audiência ou reunião pública para tratar do tema, com a participação de todos os atores envolvidos no assunto, a convite da Comissão de Cidadania.

1.4. Às dezessete horas do dia 23 de abril do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Vigésima Quinta Reunião Ordinária** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, a qual contou com a presença dos Vereadores João Paulo Rillo, Anderson Branco, Julio Donizete e Jorge Menezes, quando trataram a respeito do Projeto de Lei nº 50/2024, do Poder Executivo, autorizado a “contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 649.320.338,29 (Seiscentos e quarenta e nove milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e trinta e oito Reais, e vinte e nove centavos), no âmbito do Programa Saneamento para Todos, nos termos da Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022 e suas alterações posteriores, ou outra que venha a substituí-la, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000”. O recurso é para financiar obras para a exploração de água no Rio Grande. Os membros discutiram a necessidade de uma análise mais profunda sobre o assunto e o presidente apresentou como proposta a realização de uma audiência pública



ou de uma reunião pública. Os membros aprovaram por unanimidade a realização de audiência pública ou de reunião pública para discutir o tema. Os membros aprovaram por unanimidade, para participar da audiência pública ou da reunião pública, o convite ao Superintendente do SeMAE - Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto de São José do Rio Preto, senhor Nicanor Batista Júnior, para tratar sobre o empréstimo objeto do PL nº 50/2024, bem como sobre a obra para captar água do Rio Grande. Os membros também aprovaram por unanimidade, para participar da audiência pública ou reunião pública, o convite à Senhora Ivani Vaz de Lima, que já foi Superintendente do SeMAE, bem como a outras autoridades que a Comissão julgar pertinentes.

1.5. Às dezesseis horas e vinte minutos do dia 14 de maio do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Vigésima Sexta Reunião Ordinária** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, a qual contou com a presença dos Vereadores João Paulo Rillo e Rossini Diniz, este que assumiu a cadeira do PL nesta Comissão, quando trataram de demandas dos moradores da Favela Marte, que relataram a demora da entrega das casas, questionaram o valor das prestações, o tamanho dos terrenos e solicitaram providências do Poder Legislativo. Os membros debateram sobre a situação e o presidente propôs a realização de audiência pública para tratar do assunto. A realização da audiência pública foi aprovada por unanimidade por todos os membros. Os membros também aprovaram por unanimidade o convite aos moradores, a sociedade civil e a autoridades que a Comissão julgar pertinentes.

2. Da Reunião Pública

2.1. Conforme deliberado pela Vigésima Segunda Reunião Ordinária, às dezoito horas do dia 13 de março do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Primeira Reunião Pública** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, com a presença do Ver. João Paulo Rillo, do Vereador Pedro Roberto, do Vereador Robson Ricci, neste ato representado por sua assessoria parlamentar, do Sr. Fabiano de Jesus, representando a ATEM Sindicato, dos Conselheiros Tutelares Sra. Ana Carolina Simão Souza (CT Norte) e Sr. Breno Aragon (CT Sul), da Sra. Valéria Alves, representando mãe e pais de estudantes da rede municipal, e da Sra. Francine Rodrigues, representando professores e professoras que aguardam convocação e posse do Concurso Público nº 01/2023. Registrada a ausência injustificada da Secretária Municipal de Educação, Sra. Fabiana Zanquetta, a qual foi convocada mediante o Ofício nº005/2024 – Comissão Permanente de Defesa da Cidadania, com confirmação de recebimento manifestada via e-mail, em 11 de março de 2024, às 14:51. O Presidente deu início à reunião pública e passou a palavra para as autoridades e representantes das organizações presentes, bem como para mães, pais, estudantes e professores(as) que participaram da audiência, os quais registraram suas considerações



acerca dos assuntos da pauta da reunião pública: (i) Concurso Público - Edital n.º 01/2023 - Professor de Educação Básica I; (ii) vaga em creche; (iii) Mudança do horário escolar e prejuízos acarretados às famílias; (iv) Falta de pagamento de carga suplementar aos professores da rede municipal, dentro outros assuntos pertinentes à pasta. Por fim, o Presidente registrou os seguintes encaminhamentos: (i) Ofício ao Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, solicitando providências por parte da Casa Legislativa diante do descumprimento de convocação da comissão por parte da Secretária Municipal de Educação, Sra. Fabiana Zanquetta; (ii) Propositura de Comissão Especial de Inquérito para investigar irregularidades na Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Conforme deliberado pela Vigésima Terceira Reunião Ordinária, às dez horas do dia 25 de março do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Segunda Reunião Pública** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, com a presença do Vereador João Paulo Rillo e do Vereador Jorge Menezes, que, na ausência dos Vereadores Júlio Donizete e Anderson Branco, passa a ser considerado membro titular, além da assessoria do Vereador Pedro Roberto e do Secretário Municipal de Serviços Gerais Interino, Sr. Arnô Della Líbera Júnior, ora convocado. O Presidente deu início à reunião pública e iniciou os questionamentos relativos aos assuntos da pauta da reunião pública, quais sejam: , (i) utilização da máquina pública para tirar proveito político-eleitoral com a contratação de pessoal, via a empresa terceirizada WWS Services Prestadora de Serviços LTDA, com a contratação de técnicos em elétrica, em contrato aditivado, sendo três deles com óbvio vínculo político-partidário com o PRD (antigo Patriota), a saber, José Antonio Gomes Lagoeiro, Gabriela Isac Traldi Montenegro e Elmo Olimpico More da Silveira, demitidos após o escândalo vir à tona; (ii) denúncia de crimes ambientais na área popularmente denominada “Fazendinha”, local em que, reiteradamente, era enterrado lixo e se queimava resíduos sólidos, em total desrespeito às normas ambientais; (iii) existência de funcionário “fantasma” envolvendo servidor comissionado, que, após a denúncia, foi exonerado. Destaca-se que a pauta desta reunião restou prejudicada, visto que o Secretário Interino, Sr. Arnô Della Líbera Junior, não dispunha de conhecimento para elucidar as questões apresentadas pela comissão, sob a alegação de que não se encontrava no cargo à época dos fatos e tampouco teve acesso a eventuais documentos. Por fim, o Presidente registrou os seguintes encaminhamentos: (i) Solicitação de acesso aos documentos relativos ao pedido de exoneração do Sr. Thomaz Bruno da Silveira de Freitas, bem como dos respectivos cartões de ponto e relatórios de serviço do período em que o servidor público comissionado prestou serviços à administração pública; (ii) os membros presentes aprovaram por unanimidade a convocação do Secretário Municipal de Serviços Gerais, Sr. Ulisses Ramalho, para prestar os devidos esclarecimentos das questões prejudicadas nesta reunião pública, em data a ser agendada após o seu retorno



de férias, previsto para o dia 09 de abril de 2024 (Portaria 38.543, de 08 de março de 2024).

2.3. Conforme deliberado pela Vigésima Segunda Reunião Ordinária, às dezoito horas do dia 13 de março do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto realizou-se a **Terceira Reunião Pública** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, com a presença do Vereador João Paulo Rillo, do Vereador Anderson Branco e do Vereador Pedro Roberto, além de representantes da ATEM Sindicato, mães e pais de estudantes e professores da rede pública municipal. O Presidente deu início à reunião pública e passou a palavra para as autoridades e representantes das organizações presentes, bem como para mães, pais, estudantes e professores(as) que participaram da audiência, os quais registraram suas considerações acerca dos assuntos da pauta da reunião pública: (i) Concurso Público - Edital n.º 01/2023 - Professor de Educação Básica I; (ii) vaga em creche; (iii) Mudança do horário escolar e prejuízos acarretados às famílias; (iv) Falta de pagamento de carga suplementar aos professores da rede municipal, dentro outros assuntos pertinentes à pasta. Por fim, o Presidente passou às considerações e registrou como encaminhamento a mobilização de uma campanha pela volta do horário escolar anteriormente praticado.

2.4. Conforme deliberado pela Vigésima Terceira Reunião Ordinária, às quinze horas e trinta minutos do dia 22 de abril do ano de 2024, no Auditório da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Quarta Reunião Pública** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, com a presença do Vereador João Paulo Rillo, Vereador Pedro Roberto, Dra. Daiana Pessoa (coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB Rio Preto), Dr. Julio Tanone (Defensor Público), José Roberto Augusto “Robertinho” (Instituto UniVersos), Priscila Silveira Duarte Pasqual (Vara da Infância e Juventude da Comarca de São José do Rio Preto), Janaína Simão (Secretaria Municipal da Assistência Social) e demais entidades e representantes da sociedade civil presentes, tais como: Conselho Tutelar Sul, CMDCA, Comissão de Justiça e Paz, Justiça Restaurativa e famílias de adolescentes vítimas de violência no município. O Presidente deu início à reunião, quando apresentou uma síntese sobre o que a ausência do Estado e a insuficiência de políticas públicas têm gerado à juventude periférica rio-pretense, o que é quantificado pelo aumento do índice de homicídios em nosso município. Após, o Presidente passou a palavra para os membros da mesa, bem como ao público presente, para apresentarem suas considerações e contribuições ao debate. Por fim, o Presidente registrou como encaminhamento a composição de uma mesa permanente para debate com todos os entes envolvidos na elaboração e efetivação de políticas públicas relativas à juventude, quais sejam: Vara da Infância e Juventude, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Civil Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.



3. Audiência Pública

3.1. Conforme deliberado pela Vigésima Quinta Reunião Ordinária, às dezenove horas do dia 06 de maio do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Primeira Audiência Pública** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, nos termos do Protocolo nº 217/24 (SISCAM) e Processo nº 46/24 (SISCAM), que contou com a presença do Ver. João Paulo Rillo e das seguintes autoridades: Ver. Celso Luiz de Oliveira “Peixão”; Ver. Pedro Roberto Gomes; Ver. Renato Pupo, representado por sua assessoria parlamentar; Sra. Jaqueline Freitas e Sr. Rui Sampaio, a qualidade de representantes do SeMAE Sra; Ivani Vaz de Lima, ex-Superintendente do SeMAE; Sr. Vaz de Lima, ex-Deputado Estadual (ALESP); Sra. Silvana Torquatto e Sr. Paulo César de Jesus, representantes da AAMA (Associação Amigos dos Mananciais); Sr. Marco Rillo, ex-vereador; Sra. Celi Regina, ex-vereadora; Sr. Jair Afonso, ex-vereador; Sr. Carlos Arnaldo, ex-vereador; Professor Samir Barcha, professor aposentado da UNESP; Sr. Diego Polachini, presidente municipal do Republicanos e assessor do Deputado Federal Marcos Pereira; Sr. Abner Toffanelli, assessor do Deputado Estadual Valdomiro Lopes; Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e demais representantes da sociedade civil. Neste ato, ocorreu a discussão do Projeto de Lei nº 50/2024, que visa autorizar o Município de São José do Rio Preto – SP a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa Saneamento para Todos e dá outras providências.

3.2. Conforme deliberado pela Vigésima Quinta Reunião Ordinária, às dezenove horas do dia 22 de maio do ano de 2024, no Plenário da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, realizou-se a **Segunda Audiência Pública** da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania do Biênio 2023/2024, nos termos do Protocolo nº 254/24 (SISCAM) e Processo nº 52/24 (SISCAM), que contou com a presença do Ver. João Paulo Rillo e das seguintes autoridades: Ver. Pedro Roberto Gomes; Manoel de Jesus Gonçalves, Secretário Municipal de Habitação; Solange Santos, representante dos moradores da Favela Marte; Fabiano de Jesus, coordenador da ATEM; Vitor Hugo Monteiro, diretor do Instituto Valquírias World; Tamires Gerolimich, Instituto Gerando Falcões; e demais representantes da sociedade civil e moradores da Favela Marte. Neste ato, tratou-se das demandas de moradores da Favela Marte.

4. Dos Desdobramentos das Ações

Em vista dos encaminhamentos obtidos durante as reuniões e audiências públicas, conforme descritos nos itens 1 a 3 deste documento, a Comissão Permanente de Defesa da Cidadania, através do seu Presidente, Ver. João Paulo Rillo, tomou as providências cabíveis, as quais culminaram nos seguintes desdobramentos de ações:



- Reunião com as Secretarias Municipais do Meio Ambiente e Urbanismo, Obras e Planejamento, para buscar esclarecimentos acerca do alvará de construção à Rede ASSAÍ, a fim de evitar a destruição de área verde que compõe a gleba do Instituto ALARME, bem como avaliar a legalidade do projeto em questão;
- Reunião junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para tratar da construção à Rede ASSAÍ, a fim de evitar a destruição de área verde que compõe a gleba do Instituto ALARME, bem como avaliar a legalidade do projeto em questão. E, em vista dos desdobramentos verificados no caso concreto, estuda-se a judicialização do caso;
- Reunião junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para tratar do andamento do IC 0717.0008691, que apura crimes ambientais praticados na área da Fazendinha;
- Reunião junto ao gabinete do Prefeito Municipal, juntamente de um grupo de trabalhadores da educação e representantes da ATEM, para o fim de questionar e buscar providências quanto aos prejuízos suportados por famílias e trabalhadores da educação face à mudança do horário de entrada e saída das escolas municipais;
- Reunião com Dr. Evandro Pelarin, juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São José do Rio Preto – SP, demais órgãos do Poder Judiciário, Poder Executivo Municipal e sociedade civil organizada (OAB e Comissão de Justiça e Paz), a fim de tratar de questões relativas à proteção da juventude periférica de nosso município, sobretudo em virtude dos elevados índices de homicídio e ineficiência de políticas públicas, para que seja estruturado plano de apoio, proteção e acolhimento para este grupo.
- Reunião com moradores da Favela Marte e especialistas na área de habitação para avaliação das demandas apresentadas. Após a realização da Segunda Audiência Pública, foram solicitados documentos ao Instituto Gerando Falcões e ao Instituto Valquírias World, os quais ainda não foram apresentados, de modo que se estuda a judicialização do pedido.

5. Da Conclusão

Após a análise das atividades desempenhadas pela Comissão, constatou-se o perfeito e regular cumprimento das atribuições previstas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de São José do Rio Preto (Resolução nº 712, de 13 de dezembro de 1990), especialmente no tocante ao recebimento de pedidos de qualquer pessoa contra atos que ferem os direitos dos cidadãos e cidadãs.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 – Centro – CEP 15010-060

FONE (17) 3214-7777 | www.riopreto.sp.leg.br



Nada mais a ser deliberado, por ora, os membros declararam encerrada a presente reunião, cujo termo é lavrado por Luciana Cristina Furtado Fontes, Assessora de Gabinete do Vereador João Paulo Rillo, e é aprovado e subscrito pelos Senhores membros da Comissão Permanente de Defesa da Cidadania.

Ver. João Paulo Rillo

Presidente

Ver. Fábio Marcondes

Membro

Ver. Cb. Julio Donizete

Membro

Ver. Jorge Menezes

Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PRETO

Assinaturas Digitais



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - -

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Rio Preto. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://riopreto.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=4T7N7N55E7702EEU>, ou vá até o site <https://riopreto.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 4T7N-7N55-E770-2EEU



Câmara Municipal de São José do Rio Preto, 28 de junho de 2024